



Ética ilimitada

É cada vez maior o número de companhias que apóiam ou desenvolvem ações sociais no País. A exemplo de outras áreas, o setor eletroeletrônico também contribui ativamente neste processo.

Por PAULO MARTINS

O relacionamento entre as organizações em geral e a sociedade evoluiu significativamente nos últimos anos. Palavras como transparência, compromisso e respeito passaram a fazer parte do vocabulário rotineiro das companhias. Mais importante do que isso, conceitos concretizam-se em ações. O comportamento tornou-se um requisito básico na gestão dos negócios.

Tanto que, atendendo à demanda da comunidade global por um norte, começam a surgir normas versando sobre o tema Responsabilidade Social. Nesta jornada, o Brasil ocupa posição de destaque no cenário mundial, por ter publicado, já em 2004, a ABNT NBR 16001 (leia na página 40). Além disso, o País lidera os trabalhos de elaboração de uma norma internacional, a futura ISO 26000.



Foto: Dreamstime



Movimento em torno de ações socialmente responsáveis é progressivo no setor eletroeletrônico.

Foto: Divulgação/Amigos do Bem

Estes documentos deverão se tornar instrumentos importantes para orientar o processo de implantação de boas práticas nas mais diversas organizações, sejam elas públicas ou privadas, contribuindo, assim, para a difusão desta cultura nas mais diversas esferas da sociedade.

Cientes da importância de seu envolvimento, também a indústria, o comércio e o terceiro setor buscam cada vez mais assumir uma postura responsável, dos pontos de vista ético, social e ambiental. Dentro deste contexto, o setor eletroeletrônico é um dos que se sobressaem pelo alto grau de envolvimento das empresas com as comunidades nas quais estão inseridas.

O movimento em torno de ações socialmente responsáveis é progressivo e pode ser facilmente identificado. Basta

◀ **Desafio do setor eletroeletrônico será transformar os consumidores em pessoas comprometidas.**

André Saraiva | Abinee

uma rápida navegação na internet para constatar que muitas companhias já possuem um link para divulgar seus trabalhos desenvolvidos neste campo ou parcerias estabelecidas com tal propósito.

É claro que uma linha de atuação neste sentido sempre contribui para agregar valores positivos ao nome de qualquer empresa. Mas engana-se quem pensa que o objetivo principal é o de simplesmente fazer jogo de cena perante a comunidade e a mídia. Também não se trata de mera obrigação, como forma de 'compensar' os impactos produzidos, por exemplo, no meio ambiente.

De fato, pode-se dizer que a cultura de Responsabilidade Social Empresarial amadureceu no Brasil. São cada vez mais claros os sinais de que a preocupação com os valores humanos entrou, definitivamente, para a agenda das organizações.

Prova disso é a segunda edição da pesquisa "Ação Social das Empresas", publicada em 2006 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O estudo constatou que a proporção de companhias privadas brasileiras que promoveram ações sociais em benefício das comunidades aumentou significativamente, entre 2000 e 2004.

Segundo o levantamento, a participação empresarial na área social subiu dez pontos percentuais, passando de 59% para 69%. Por volta de 600 mil empresas dos mais diversos segmentos mantinham algum tipo de atuação voluntária. Em 2004, os recursos aplicados nessas ações giravam em torno de R\$ 4,7 bilhões (0,27% do PIB brasileiro naquele ano).



Foto: Ricardo Brito/Grau 10



A responsabilidade no cuidado da sociedade é de todos

Mas afinal, até que ponto a iniciativa privada é responsável por este tipo de atuação? Uma resposta a esta indagação também pode ser encontrada na pesquisa, que procurou identificar os motivos que dificultavam ou impediam o desenvolvimento de ações sociais comunitárias. Apenas 5% das empresas disseram que não adotam esta prática porque acreditam que este não seja seu papel, e 62% apontaram que a falta de dinheiro é o maior empecilho.

“Vê-se que, mesmo entre as empresas que nada fazem para fora de seus muros, há um conhecimento generalizado sobre a possibilidade de atuação no campo social. E isso é muito positivo”, avalia Anna Maria Peliano, diretora de Estudos Sociais do Ipea e coordenadora geral da pesquisa.

De acordo com Paulo Skaf, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o grande desafio de introduzir os princípios de Responsabilidade Social na gestão das empresas foi alcançado através do programa Sou Legal, que dissociou o conceito de filantropia da Responsabilidade Social Empresarial, disseminando o foco no desenvolvimento sustentável.

O programa desenvolvido pela entidade visa incentivar as práticas de Responsabilidade Social em indústrias de todos os portes e segmentos, considerando as diversidades culturais, regionais e econômicas delas. Para ampliar a massa crítica em torno deste tema, a federação criou, em 2007, a Mostra Sistema Fiesp de Responsabilidade Socioambiental. Nesta exposição, as empresas e entidades mostram suas ações nesse campo e os resultados obtidos. Neste ano acontece a segunda edição do evento. Será entre os dias 13 e 15 de agosto, no Pavilhão da Bienal, em São Paulo.

As questões sociais também fazem parte do escopo de trabalho da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee). A recente mudança da denominação da área de Meio Ambiente para área de Responsabilidade Socioambiental é uma demonstração da preocupação da entidade em levar as discus-

Transsen

Aquecendo o coração

Mantido pela Transsen, o Instituto Susana Cintra consiste em uma escola destinada a crianças de baixa renda, voltada não só para a alfabetização convencional, mas também para a educação e formação integral do ser humano.

As crianças permanecem na unidade por período integral para serem trabalhados aspectos como o corpo (saúde, alimentação e exercícios), a mente (alfabetização, educação, cultura e lazer) e a alma (tratamento de bloqueios e traumas que elas possam eventualmente ter trazido de suas



Fotos: Divulgação



experiências familiares). O “Calor Solidário” é outro expressivo projeto mantido pela empresa. A idéia é beneficiar ONGs de todo o Brasil com a doação de sistema de aquecimento solar de grande porte, levando água quente e conforto para idosos, crianças e deficientes físicos e mentais.

Trata-se de um trabalho criterioso e que envolve também os fornecedores e pontos-de-venda da Transsen, devido à própria grandiosidade do projeto, que já atendeu 14 entidades assistenciais, beneficiando mais de 1.200 pessoas.

A empresa também promove campanhas voltadas à área ambiental. Uma das iniciativas visa estimular os próprios colaboradores a destinarem materiais para a reciclagem, de forma a beneficiar outras instituições não governamentais. No ano passado, a Transsen investiu aproximadamente 1,3% de seu faturamento em ações sociais.



sões para um patamar mais abrangente. O diretor dessa área, André Saraiva, destaca que um dos objetivos da Abinee é contribuir para ampliar a consciência dos cidadãos, enquanto consumidores de produtos eletroeletrônicos.

Para ele, é importante que se conheçam as empresas que dispõem de sistemas para promover a destinação ambientalmente adequada a um artigo no final de sua vida útil. O executivo exemplifica a questão lembrando dos celulares, que são trocados pelos usuários com uma velocidade impressionante.

“Geralmente, o consumidor busca as ferramentas que o aparelho tem, mas não leva em consideração quais marcas implementaram tecnologias para poluir menos na concepção do aparelho ou criaram um sistema de devolução”, constata Saraiva.

Os resultados de uma pesquisa de comportamento feita recentemente demonstram que o consumidor ainda mantém posições dúbias sobre o tema. Por um lado, a maior parte dos entrevistados declarou estar disposta a pagar um pouco mais caro por um produto que tivesse sido concebido dentro dos critérios de sustentabilidade. Entretanto, a mesma consulta constatou que o fator determinante para a compra ainda é o preço.

“A leitura que o setor eletroeletrônico faz é que temos um consumidor consciente, mas não comprometido. O desafio da nossa

área, nos próximos anos, é transformar esse consumidor consciente em um consumidor comprometido”, afirma Saraiva.

Batalha pelo fim da exclusão social passa pelo trabalho das companhias

De fato, as ações na área ambiental têm recebido atenção cada vez maior por parte das empresas. Entretanto, a maior parcela delas ainda foca temas de outras ordens. Na ocasião da pesquisa “Ação Social das Empresas”, feita pelo Ipea, predominavam as ações voltadas à alimentação (52%), seguidas por aquelas no âmbito da assistência social (41%).

Seja qual for a natureza do trabalho desenvolvido, é claro que toda e qualquer contribuição é sempre bem-vinda para complementar as ações do Poder Público, que têm se mostrado insuficientes para suprir integralmente as necessidades de boa parte da população brasileira.



Entretanto, o conceito moderno de Responsabilidade Social tem direcionado as empresas a um trabalho muito mais amplo do que o assistencialismo convencional e esporádico.

Segundo Paulo Skaf, a proposta da Fiesp é discutir, buscar soluções e chamar a sociedade civil para o debate, a fim de firmar um pacto pelo desenvolvimento econômico e social, com a erradicação da pobreza.

“É preciso perguntar: queremos assistir e atender os excluídos, ou terminar com a exclusão? Sob a ótica desta Federação, queremos terminar com a exclusão”, sentencia.

As empresas do setor eletroeletrônico convidadas a opinar sobre o tema demonstraram estar bastante engajadas nesse processo. Já são várias as ações desenvolvidas com o intuito de contribuir efetivamente para o resgate da cidadania das populações menos favorecidas.

Em alguns casos, pode-se dizer que a atuação social sempre esteve presente no DNA dos próprios fundadores das companhias. Em outros, a profissionalização dos métodos e a dinâmica estrutura envolvida nestas atividades comprovam a ampla visão que as companhias têm dessa questão.

Elza Maria Mônico, gerente de Recursos Humanos da Isoladores Santana, relaciona Responsabilidade Social à consciência social e dever cívico. Para ela, esta política estimula o desenvolvimento individual e coletivo das pessoas, porque valoriza a cidadania e promove a inclusão.

“É uma ação estratégica e transformadora visando intervenções diretas na busca de soluções dos problemas sociais. Ela exige métodos e sistematização, pois há integração entre os indivíduos, governos, empresas, grupos e movimentos sociais e partidos políticos, entre outras instituições”, define.

Um passo importantíssimo nesse processo foi dado pela empresa em 2006, com a criação do Comitê de Ética e Conduta, do qual participam membros da alta administração e colaboradores internos. Os objetivos foram facilitar o desenvolvimento da missão da companhia, consolidar e aperfeiçoar as políticas e práticas ambientais, de responsabilidade social e de qualidade.

Como resultado desta iniciativa, a Isoladores Santana desenvolveu também seu próprio Código de Ética e Conduta, que engloba os principais compromissos éticos que norteiam a postura da empresa em relação aos trabalhos desenvolvidos.

Juntamente com os conceitos de Missão, Visão e Valores da empresa, este código direciona o Programa de Responsabilidade Social e Sustentabilidade da Isoladores Santana, que se divide em duas frentes de atuação: Meio Ambiente e Social (Comunidade).

E os resultados já podem ser percebidos, conforme destaca Elza. Segundo ela, a prática do Código de Ética, no dia-a-dia, está transformando em hábito os conceitos e atitudes direcionados pelo mesmo. “Podemos observar isso no comportamento diário dos

FLC

Esperança para o sertão



A FLC é uma das empresas responsáveis pela manutenção da organização Amigos do Bem, que atua nos Estados de Pernambuco, Ceará e Alagoas. Entre os trabalhos mais representativos, estão as chamadas Cidades do Bem, que possuem completa infra-estrutura, como saneamento básico, eletrificação, padaria, farmácia, mercearia, centro educacional, área de lazer, consultórios médico e odontológico, telefone público e horta comunitária.

Cada família recebeu uma casa de alvenaria totalmente mobiliada, com enxoval completo de cama, mesa e banho. Visando garantir a sustentabilidade do projeto, os moradores são contratados para trabalhar na atividade agrícola ou na construção civil, contando, inclusive, com registro em carteira.



Hoje, mais de 2,5 mil pessoas moram nas Cidades do Bem. A área cultivada chega a mil hectares. Além dos projetos regulares, os Amigos do Bem continuam desenvolvendo ações emergenciais, como a distribuição de alimentos, roupas e remédios. Destacam-se ainda outras iniciativas, como o Projeto Cabras, no qual as famílias selecionadas recebem animais que, além de fornecerem leite para consumo, permitem o início de uma pequena criação para gerar renda.

Já a distribuição de sementes permite a produção de alimentos para subsistência própria e para a geração de renda com a venda da safra excedente. A construção de cisternas e a perfuração de poços artesianos são outros trabalhos importantes desenvolvidos.



Fotos: Divulgação



Foto: Divulgação/Amigos do Bem

Em 2004, recursos aplicados por empresas em ações sociais chegaram a R\$ 4,7 bilhões



Foto: Ricardo Brito/Grau 10

▲ Resultados dos trabalhos desenvolvidos comprovam que é possível transformar a vida das pessoas.

Alceu de Oliveira Filho | FLC

colaboradores e dirigentes no que se refere ao comprometimento com a sustentabilidade do nosso negócio, mantendo atitude ética e conduta responsável”, avalia a gerente.

Conceitos sociais devem se incorporar à filosofia da empresa

Para Susana Cintra, presidente da BMP Cintra Holding - grupo controlador da Transsen - o trabalho efetivamente social passa por vários conceitos que devem estar incorporados à filosofia da empresa. É preciso representar o compromisso de todos, e não meramente do ‘departamento de Marketing’.

“O Social passa, obrigatoriamente, por várias fases: informar, educar, motivar e buscar o comprometimento de cada colaborador. É um trabalho longo e contínuo, que exige um esforço em equipe para poder apresentar um resultado realmente satisfatório e de impacto, no mínimo, comunitário”, sintetiza Susana.

A executiva preside também o Instituto Susana Cintra, que tem entre seus mantenedores a própria Transsen, empresa de Birigui (SP) que atua na área de aquecimento solar.

Susana garante que a Responsabilidade Social sempre fez parte de seu conceito de vida. Ela conta que, de início, os trabalhos aconteciam de forma modesta, pois havia a dependência dos recursos que a empresa disponibilizava no momento. Com o tempo, prossegue ela, esta filosofia se incorporou à empresa devido aos vários colaboradores que também comungavam das mesmas motivações.

“Hoje, posso afirmar que a Responsabilidade Social é nosso grande diferencial, justamente porque se fortaleceu sobre crenças e valores verdadeiros, de seres humanos que fizeram desta uma empresa única em sua filosofia e forma de tratar o assunto”, orgulha-se.

No caso da FLC, que atua no setor de lâmpadas, o tema Responsabilidade Social também está ligado à própria história de sua presidente, a jovem empresária Alcione de Albanesi. Há muitos anos ela se dedica a ajudar as pessoas, vocação que herdou da mãe, dona Guiomar.

Alcione preside, hoje, a Amigos do Bem, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) que desenvolve ações contra a fome e a miséria no sertão nordestino. Dentre outras companhias, a entidade recebe recursos da própria FLC.

O trabalho teve origem no ano de 1993. Um grupo de amigos, liderado por Alcione, arrecadava e distribuía alimentos, roupas, colchões, brinquedos e cadeiras de roda no sertão nordestino. Também levava atendimento médico e odontológico aos necessitados.



Foto: Divulgação/Amigos do Bem



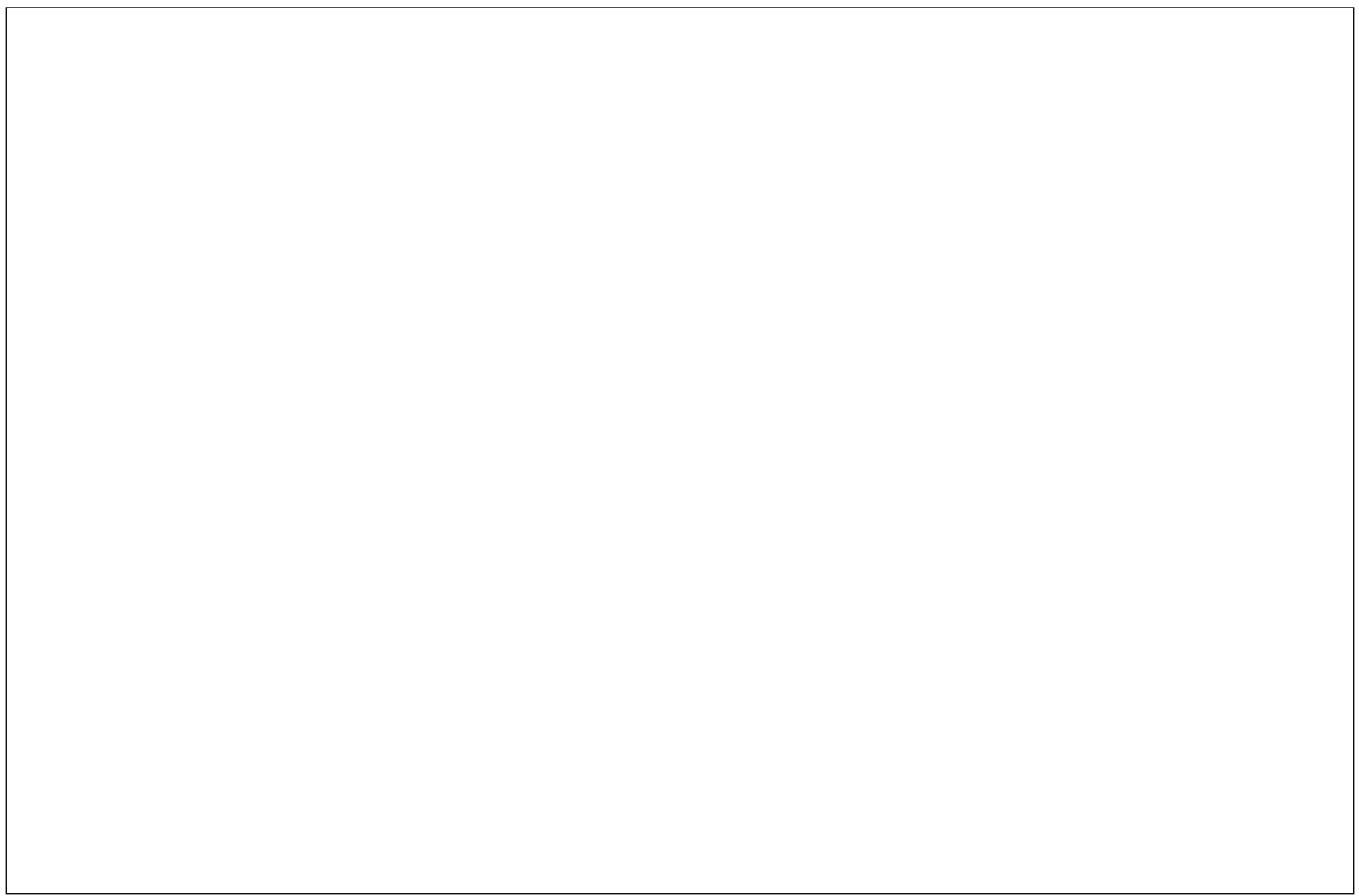
Desenvolvimento local e inclusão social norteiam projetos por todo o Brasil.

O movimento foi crescendo e surgiu a idéia de ir além, de forma a mudar a realidade daquelas pessoas. Dez anos depois, surgiu a Amigos do Bem que, além dos trabalhos emergenciais, passou a promover ações contínuas naquela região. O objetivo é gerar desenvolvimento local e inclusão social capazes de combater a fome e a miséria, por meio de ações educacionais e projetos auto-sustentáveis.

O trabalho da Oscip já gerou, entre outras ações, a construção das chamadas Cidades do Bem e de Vilas Agrícolas, onde os contemplados moram e trabalham. Mas o mais importante, conforme destaca Alceu C. de Oliveira Filho, secretário-geral da Amigos do Bem, é a transformação promovida naquelas milhares de pessoas

que não tinham nada e hoje contam com uma perspectiva melhor de vida. “Dizem que o correto é ensinar a pescar. A gente acredita nisso, mas, para aprender, a pessoa tem que estar alimentada, ter um mínimo de estrutura. Como é possível transformar alguém que está com fome?”, observa.

As crianças que nasceram nas Cidades do Bem já se desenvolvem com uma estrutura alimentar, educacional e de saúde que, sem dúvida, fará toda diferença em seu futuro. “Quando vemos as cidades construídas e as pessoas transformadas, pensamos que esta é a prova de que é possível mudar, que tem jeito”, aponta Oliveira. Ele observa que tudo isso exige não só dinheiro, mas também muito trabalho. “A doação mais difícil é de tempo”, finaliza.





Isoladores Santana

Ética em pauta

O Código de Ética e Conduta interno é um dos instrumentos que direcionam o Programa de Responsabilidade Social e Sustentabilidade mantido pela empresa, que possui forte atuação na área social.

A companhia pretende continuar investindo, por exemplo, em atividades no setor cultural. Entre as ações previstas, está o patrocínio a atividades como teatro, Corporação Musical e Grupo de Dança e ao projeto Criança que faz Arte, que envolve aulas de teatro, dança e música.

No campo educacional, destacam-se os programas de



Fotos: Divulgação



Inclusão Digital (Agente Jovem) e o projeto Direitos do Cidadão, Deveres do Vereador, que inclui a realização de palestras nas escolas e entrega de cartilhas. Visando promover a Qualidade de Vida, a empresa promove as Campanhas do Agasalho, Natal sem Fome e Árvore Solidária. Outro campo de atuação da Isoladores Santana é o do Meio Ambiente.

Desde 2003, a companhia vem implementando seu Sistema de Gestão Ambiental. Nos últimos anos foram investidos valores consideráveis na prevenção da poluição, incluindo a aquisição de equipamentos, reestruturação das unidades fabris, melhoria das condições de fábrica e instalações prediais, bem como na mudança de conduta de suas partes interessadas, através de trabalhos de conscientização visando a educação ambiental.

Recentemente, foi implantado o Projeto Coleta Seletiva na Comunidade, a fim de promover a educação ambiental na cidade de Pedreira (SP).

Melhoria na qualidade de vida e na auto-estima

Luciana Alvarez, gerente de Comunicação e Responsabilidade Social da AES Eletropaulo, destaca que, há vários anos, a empresa vem ampliando suas ações relacionadas à sustentabilidade e que houve um avanço nos tipos de programas e projetos colocados em prática.

“A companhia saiu da condição de simples patrocinadora de eventos culturais, sociais e ambientais e passou a investir em ações fortemente focadas no desenvolvimento das comunidades de sua área de concessão”, diz a executiva. A AES Eletropaulo distribui energia elétrica para 24 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, incluindo a capital.

A companhia baseia sua atuação no conceito denominado “Triple Bottom Line”, que considera os aspectos sociais, econômicos e ambientais. “Dessa forma, entendemos que uma empresa sustentável deve ser economicamente viável e responsável por seus

impactos sociais e ambientais nas comunidades onde atua, adotando práticas e procedimentos para evitar ou mitigar esses impactos”, define Luciana.

O balanço que a empresa faz dessa atuação é altamente positivo. Em se tratando da Casa de Cultura e Cidadania, o principal ganho identificado pela AES Eletropaulo é a melhoria na qualidade de vida e auto-estima das pessoas beneficiadas pelo projeto, principalmente crianças e adolescentes de baixa renda ou que vivem em situações de risco. “Com relação ao Programa de Regularizações de Ligações Clandestinas, a empresa promove a transformação de consumidores clandestinos em clientes e a conscientização do uso adequado e seguro da energia elétrica, prevenindo acidentes, muitas vezes fatais, envolvendo eletricidade”, aponta Luciana.



Código de Ética e Conduta direciona o Programa de Responsabilidade Social e Sustentabilidade da companhia.

Elza Maria Mônaco | Isoladores Santana



Fotos: Divulgação

▲ **Responsabilidade Social é nosso grande diferencial, porque se fortaleceu sobre crenças e valores verdadeiros.**
Susana Cintra | Transsen



A executiva Susana Cintra, que preside o instituto de mesmo nome, emociona-se ao contabilizar os frutos do trabalho desenvolvido nesse campo e diz acreditar que o rumo certo foi encontrado.

“Pelas evidências que encontramos nos resultados e nas pessoas que foram e estão sendo beneficiadas, não temos dúvidas de que este é o rumo e que devemos continuar a nos esforçar para encontrar caminhos que nos levem a um mundo mais próspero, para que, um dia, ‘Responsabilidade Social’ passe a ser um tema do passado, e não mais uma preocupação do presente”, finaliza.

Um **exército** voltado a promover o **bem** e **trabalhar** pelo social

Engana-se quem pensa que ter dinheiro é suficiente para garantir o sucesso de um projeto social. Tão importante quanto isso é a força de trabalho, ou seja, a disponibilidade de pessoas realmente envolvidas em torno de uma causa.

Neste aspecto, os trabalhos sociais citados nesta matéria estão bem apoiados. Eles reúnem desde pessoas da comunidade, profissionais especializados e funcionários das empresas, até os próprios donos das companhias. Em comum, todos carregam dentro de si a disposição e a paixão por ajudar ao próximo.

Não seria exagero dizer que os trabalhos da Oscip Amigos do Bem contam com o respaldo de um verdadeiro batalhão. Este ‘exército’ reúne por volta de cinco mil voluntários, a grande maioria focada na arrecadação de alimentos.

Muitos trabalham na Central do Bem, onde ficam os materiais arrecadados. Neste local, que mais se assemelha à fábrica do Papai Noel dos contos de fábula, os colaboradores são divididos em departamentos, onde são feitos o conserto de brinquedos, a recuperação de roupas, a triagem de medicamentos e calçados e a montagem de kits de cestas básicas e kits escolares para envio aos assistidos pelos programas.

Para comandar todo este trabalho, Alcione de Albanesi se divide no comando da FLC e da Amigos do Bem. Alceu C. de Oliveira Filho, secretário-geral da Amigos do Bem e diretor Administrativo da FLC, é testemunha da agitada vida da empresária: “Durante metade do mês ela fica no Nordeste. E diz: nasci para fazer isso. Este é o meu projeto de vida”, conta.

O próprio executivo costuma abrir mão de parte de suas férias para ir ao Nordeste e participar diretamente dos trabalhos. Aliás,

◀ **Companhia passou a investir em ações focadas no desenvolvimento das comunidades onde atua.**

Luciana Alvarez | AES Eletropaulo



Ajudar pessoas de baixa renda a ter moradia própria figura entre projetos das companhias.



Foto: Divulgação/Amigos do Bem

ele conta que já conhecia Alcione e colaborava com atividades deste tipo antes mesmo de entrar na FLC.

Apesar da boa mobilização já obtida em torno deste trabalho, o secretário-geral da Amigos do Bem observa que a entidade está sempre aberta a companhias que queiram contribuir com o projeto, por exemplo, tornando-se uma Empresa Amiga do Bem.

Afinal, ainda há muito trabalho a ser feito. Segundo Oliveira, um dos próximos passos que a organização pretende dar é levar adiante o projeto de irrigação na região onde atua.

Voluntários fazem a diferença nas ações das empresas

Elza Maria Mônico, gerente de RH da Isoladores Santana, conta que os trabalhadores e seus familiares são estimulados a promover e participar dos esforços de desenvolvimento social por meio do 'Programa Voluntariado', utilizando seu trabalho e seus talentos nos projetos.

Já são por volta de duzentos voluntários participando de campanhas e ações comunitárias em benefício da comunidade de Pedreira (SP), onde a empresa está situada.

A empresa dispõe de uma área de Serviço Social com profissionais voltados ao planejamento, controle e acompanhamento dessas atividades e, quando necessário, realiza parcerias com entidades da comunidade para desenvolver os trabalhos.

Já a AES Eletropaulo contrata empresas terceirizadas para a execução operacional dos projetos Casa de Cultura e Cidadania e Programa de Regularização de Ligações Clandestinas. Também são desenvolvidas parcerias com órgãos do Poder Público, como Postos de Saúde, que dão suporte ao atendimento às pessoas beneficiadas.

"Todo o gerenciamento, acompanhamento e avaliação dos projetos ficam sob responsabilidade da AES Eletropaulo. Já as ações ambientais, em quase sua totalidade, são realizadas pelo quadro próprio de colaboradores da empresa", informa a gerente de Comunicação e Responsabilidade Social Luciana Alvarez.

De acordo com ela, o grau de participação das comunidades envolvidas nos projetos é grande, com diversas atividades, que vão da recreação à geração de renda, passando pela promoção da ci-



AES Eletropaulo

Ligações legais

Entre os principais trabalhos mantidos pela companhia estão a Casa de Cultura e Cidadania e o Programa de Regularização de Ligações Ilegais. O primeiro é um espaço de formação, expressão e lazer que oferece cursos regulares de artes visuais, circo, teatro, dança, informática e de contadores de histórias a crianças e adolescentes. Para adultos, promove cursos e oficinas profissionalizantes com o objetivo de gerar renda.

O Programa de Regularização de Ligações Elétricas da AES Eletropaulo tem beneficiado mais de um milhão de pessoas de comunidades de baixa renda.



Fotos: Divulgação

Realizada com recursos próprios e do Programa de Eficiência Energética, a Regularização contempla vários benefícios, como doação de padrões de entrada, reforma de instalações elétricas internas e externas às residências, substituição de geladeiras com alto consumo por outras mais eficientes, troca de lâmpadas incandescentes por fluorescentes e palestras e ações para estimular o consumo seguro e eficiente da eletricidade.

No aspecto ambiental, a AES Eletropaulo foca sua atuação em três compromissos: uso adequado de recursos naturais, prevenção à poluição e mitigação dos impactos ambientais sobre a biodiversidade.

Para atender a estas premissas, a empresa possui um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) desde 1999 e segue uma política integrada de meio ambiente, saúde e segurança do trabalho.

dadania e pelo uso seguro e correto de energia elétrica. Além disso, a AES Eletropaulo pretende lançar, em breve, o seu Programa de Voluntariado, a fim de estimular a participação dos colaboradores e diretores da empresa nessas ações.

Para Susana Cintra, presidente do grupo controlador da Transsen, Responsabilidade Social é uma condição que deve ser inerente a todo cidadão. Entretanto, ela destaca que a soma de esforços, conhecimentos e experiências é capaz de produzir benefícios irrestritos à sociedade, independentemente de preconceitos, raças e religiões. Profissionais das mais diversas áreas são envolvidos nos trabalhos apoiados pela em-

presa. Nas ações voltadas ao meio ambiente, por exemplo, os colaboradores participam diretamente levando para a empresa itens recicláveis, como garrafas plásticas, latas de alumínio e óleo de cozinha usado, a fim de beneficiar instituições não governamentais.

“É um trabalho diário, pois se trata de conscientizar o colaborador para a real situação do ecossistema e qual é a nossa responsabilidade para as futuras gerações”, observa Susana, informando, ainda, que a Transsen também cria equipes internas para incentivar e apoiar o trabalho voluntário individual junto a entidades assistenciais da cidade.



Um passo à frente

Ao publicar, há quatro anos, a ABNT NBR 16001, que traz requisitos para nortear organizações a incorporarem a Responsabilidade Social ao seu dia-a-dia, Brasil dá exemplo ao mundo e aposta na formação de uma cultura socialmente responsável a médio e longo prazos.

O dia 30 de novembro de 2004 representa um marco na história da sociedade brasileira. Após dois anos de elaboração, nessa data foi publicada a ABNT NBR 16001, norma que estabelece requisitos para a implantação do Sistema da Gestão da Responsabilidade Social (SGRS).

Segundo o conceito adotado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Responsabilidade Social “é a relação ética e transparente da organização com todas as suas partes interessadas, visando o desenvolvimento sustentável”. Aliás, como base para elaboração desse documento, foram empregados justamente os conceitos do tripé de sustentabilidade: socialmente justo, ambientalmente adequado e economicamente exequível.

Conforme observa Milena Beguito Pires, secretária da Comissão de Estudo Especial (CEE) de Responsabilidade Social da ABNT, os requisitos da ABNT NBR 16001:2004 são genéricos, para que possam ser aplicados por todas as organizações.

“A norma surge no cenário nacional imbuída do desafio de ser a mais importante ferramenta de auxílio à sistematização da gestão da Responsabilidade Social no Brasil, o que torna a iniciativa de elaborá-la um marco histórico no alinhamento do discurso e práticas corporativas à tendência mundial de desenvolvimento”, avalia Milena.

A ABNT NBR 16001 permite à organização formular e implementar uma política e objetivos que levem em conta os requisitos legais, seus compromissos éticos e sua preocupação

com a promoção da cidadania, transparência das suas atividades e promoção do desenvolvimento sustentável.



Foto: Dreamstime



A norma também fornece elementos de um sistema da gestão da Responsabilidade Social eficaz, passível de integração com outros requisitos de gestão, de forma a auxiliar as organizações a alcançar seus objetivos relacionados com os aspectos ambientais, econômicos e sociais. Ela poderá servir, ainda, para a emissão de certificados de conformidade, em seus mais diversos aspectos.

“Tendo em vista os fatores geradores de tal demanda, acredita-se que haverá grande interesse pela utilização de um documento que, diferentemente de outros que tratam do assunto Responsabilidade Social, seguiu um processo transparente, voluntário, aberto à participação e calcado em diretrizes apoiadas pela própria Organização Mundial do Comércio”, destaca Milena.

É fato que a aplicação da norma dependerá de fatores como a política de cada organização, a natureza de suas atividades, produtos e serviços, e da localidade e condições em que opera. Para Milena, como a ABNT NBR 16001 surgiu de uma demanda da própria sociedade brasileira, é natural que a próxima etapa neste processo seja o desenvolvimento da cultura de Responsabilidade Social.

De acordo com ela, a ABNT tem se esforçado para que um número cada vez maior de organizações tenha ciência, não somente da existência da norma, mas também dos trabalhos desenvolvidos em nível internacional, contribuindo, assim, para maior difusão da cultura do desenvolvimento sustentável.

“A partir do momento que a gestão de um sistema de Responsabilidade Social se tornar um mínimo e não mais uma meta, poderemos, então, passar a um sistema de gestão da sustentabilidade”, aponta. Milena observa que o simples atendimento aos requisitos da norma pode não ser suficiente para considerar que uma organização é socialmente responsável e reforça que o principal desafio do futuro será o desenvolvimento da cultura de trabalho ‘com’ responsabilidade social. “O pensamento ‘com’ Responsabilidade So-



▲ **Publicação da ISO 26000 tende a gerar impactos na sociedade tão significativos quanto a ISO 9000 e a ISO 14000.**

Eduardo Campos de São Thiago | ABNT

cial é um valor adquirido pela organização e que deve ser cultivado desde sua menor estrutura”, comenta.

Liderança brasileira

Além de sair na frente, ao criar a ABNT NBR 16001, o País também tem se destacado na elaboração da norma internacional de Responsabilidade Social, a ISO 26000. Os trabalhos estão a todo vapor e obedecem a uma liderança compartilhada entre Suécia e Brasil, que, aliás, possui a maior delegação no comitê da ISO que elabora essas diretrizes. A previsão é de que a futura ISO 26000 seja publicada no início de 2010. É preciso lembrar que a aplicação da norma é voluntária, mas, para os especialistas da área, a tendência é que esse conceito seja assimilado gradativamente pela sociedade.

Afinal, é compreensível que uma organização inicie a implementação de um processo dessa envergadura apenas porque considera importante, embora nem sempre saiba precisar o porquê.



Resumo do processo de elaboração da ABNT NBR 16001

- **Dezembro de 2002:** a ABNT cria o Grupo Tarefa de Responsabilidade Social (GTRS), para dar suporte à participação do representante brasileiro no Strategic Advisory Group (SAG), grupo da ISO incumbido de avaliar o posicionamento da instituição em relação à elaboração de Normas Internacionais de Responsabilidade Social.
- **Novembro de 2003:** é iniciada a discussão e elaboração do projeto de norma que culminou na ABNT NBR 16001. Durante este processo, o GTRS migrou para uma Comissão de Estudo Especial Temporária (ABNT/CEET de Responsabilidade Social).
- **Primeiro semestre de 2004:** o referido Projeto de Norma circula por 60 dias em Consulta Nacional.
- **30 de novembro de 2004:** a ABNT NBR 16001 é publicada como Norma Brasileira.
- **2008:** além de dar continuidade ao desenvolvimento dos documentos complementares à ABNT NBR 16001, a Comissão também acompanha o trabalho internacional de elaboração da futura ISO 26000.

Normalmente é possível identificar também a fase de 'obrigação', imposta, por exemplo, por padrões comportamentais de mercado. A evolução natural desse quadro deve culminar com o tema passando a fazer parte da própria estratégia de governo dessa organização.

Dentro desse contexto, Eduardo Campos de São Thiago, assessor de Relações Internacionais da diretoria da ABNT e co-secretário do Grupo de Trabalho de Responsabilidade Social da ISO, acredita que a futura norma não deverá provocar impactos imediatos, mudando a cabeça das pessoas da noite para o dia.

Entretanto, ele enxerga nessas diretrizes um grande potencial para a transformação da sociedade ao longo do tempo, resultando em uma era de cultura específica. "Nessa etapa, quando um jovem entrar em uma empresa e se deparar com a cultura da Responsabilidade Social, será natural para ele trabalhar segundo esses critérios", analisa.

Ele reconhece que a expectativa da sociedade em torno da publicação da ISO 26000 é muito grande, até pela relevante posição que a instituição ISO ocupa no cenário global. Com secretariado central

na Suíça, e composta por uma rede de institutos de normalização de quase 160 países, a International Organization for Standardization é a entidade que mais desenvolve e publica normas do mundo.

A evolução do interesse em torno da elaboração da ISO 26000 é facilmente comprovada pelos números. Em 2005, quando os trabalhos tiveram início, participavam 225 especialistas e 24 organizações internacionais, de 43 países. Hoje, as discussões reúnem quase 400 profissionais e 37 organizações, de 78 nações. Para o assessor da ABNT, o potencial de penetração que essa norma exercerá em cada um dos países membros da organização internacional é muito grande. "Ela deverá gerar um impacto cujo tamanho não pode ser precisado hoje. Mas estimamos que será tão grande ou maior do que quando foram publicadas a ISO 9000 e a ISO 14000", compara, referindo-se às diretrizes que se tornaram referências, respectivamente, para gestão da qualidade e gestão ambiental.

FIM



Foto: Divulgação